

Caracterização do componente curricular Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais nos cursos de Odontologia do estado da Paraíba

Elizandra Silva da Penha*; Danilo de Almeida Tenório**; Fátima Roneiva Alves Fonseca***; Gymenna Maria Tenório Guênes****; Erik Montagna*****

- * Doutoranda em Ciências da Saúde, Faculdade de Medicina do ABC; docente na Universidade Federal de Campina Grande
- ** Acadêmico de Odontologia, Universidade Federal de Campina Grande
- *** Doutora em Odontopediatria, docente na Universidade Federal de Campina Grande
- **** Doutora em Odontologia, docente na Universidade Federal de Campina Grande
- ***** Doutor em Ciências Biológicas, docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Faculdade de Medicina do ABC

Recebido em 11/04/2017. Aprovado em 20/08/2017.

RESUMO

A regulamentação da especialização em Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais surgiu por meio da resolução 25/2002 do Conselho Federal de Odontologia (CFO). De acordo com a lei nº 9.394/96, os cursos de graduação possuem autonomia didático-científica para estabelecer sua estrutura curricular. Dessa forma, conteúdos relacionados à Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais (OPNE) poderão ou não estar presentes na matriz curricular dos cursos de Odontologia. O objetivo da pesquisa foi caracterizar a disciplina de OPNE nos cursos de Odontologia do estado da Paraíba. Trata-se de um estudo transversal de abordagem quantitativa. Um formulário foi produzido e as informações foram coletadas nos sítios *web* dos cursos. Foi possível coletar informações de nove dos onze cursos em funcionamento no estado. Em seis deles os conteúdos estavam presentes e a nomenclatura variava de uma instituição para outra. A oferta da disciplina foi obrigatória em 100% dos cursos avaliados e em cinco a abordagem era teórico/clinica, sendo que em um não constava informação. Dois cursos disponibilizavam a disciplina no 8º e 9º semestres, com carga horária média de 62,2 horas. Em 50% dos casos os conteúdos tinham conexão com outras disciplinas e em 60% funcionavam como disciplina independente. Conclui-se que os cursos de graduação em Odontologia do estado da Paraíba possuem, na sua maioria, a disciplina de OPNE em sua estrutura curricular. Não existe uma padronização quanto à nomenclatura, carga horária e período em que a mesma é ofertada.

Descritores: Educação em Odontologia. Pessoas com Deficiência. Assistência Odontológica para Pessoas com Deficiência.

1 INTRODUÇÃO

São considerados Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) indivíduos que possuem alguma alteração ou condição, temporária ou definitiva, simples ou complexa, de origem física, mental, biológica, social ou de comportamento, as quais necessitam de uma abordagem diferenciada, seguindo um protocolo exclusivo para o seu atendimento¹.

Por ser a Odontologia uma ciência que interage com diversas outras áreas de atuação, seu ensino torna-se complexo. O desenvolvimento das habilidades dos graduandos deve estar em sinergia com os métodos educativos, proporcionando formação generalista, humanista e ética, permitindo ao futuro cirurgião-dentista atuar em todos os níveis de atenção à saúde. Dessa forma, é papel do professor, durante a formação em Odontologia, orientar o aluno a buscar constantemente o conhecimento teórico que embasa a boa prática clínica, que o torne capaz de cumprir sua função social frente ao atendimento humanizado, sem privilégios ou qualquer tipo de discriminação².

A lei de nº 9.394 que estabelece as diretrizes e bases de educação nacional, no seu artigo 53, assegura que as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras estabeleçam a programação curricular de cada curso, garantindo a sua autonomia didático-científica³. Porém, a resolução 3 da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE), no seu artigo 6º, determina os conteúdos essenciais a serem abordados durante a graduação em Odontologia. Entretanto, a Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais (OPNE) não é citada, cabendo à IES optar por oferecer ou não esse conteúdo em sua estrutura curricular⁴.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo demográfico de 2010, mostrou que do total de 3.766.528 residentes na Paraíba, cerca de 27,7% possuem

pelo menos um tipo de deficiência permanente, seja ela visual, auditiva, motora ou mental/intelectual⁵. Apesar da demanda elevada, o tratamento de PNE ainda é considerado um desafio, pela escassez de profissionais habilitados, tanto no serviço público quanto no privado, assim como pela falta de interação das equipes assistenciais. Consequentemente, a condição de saúde bucal desses pacientes torna-se bastante agravada⁶.

Um estudo realizado com graduandos do último ano do curso de Odontologia de duas instituições do estado de Sergipe revelou que os acadêmicos relataram a importância e a necessidade de conteúdos curriculares de OPNE abordados durante a graduação, considerando-o tema de grande importância para o conhecimento do futuro profissional. Observou-se também grande interesse dos graduandos em estudar mais sobre esses indivíduos⁷.

Frente ao exposto e à necessidade das IES formarem cirurgiões-dentistas generalistas, humanistas e que estejam preparados para atender sem discriminação ou privilégios, o presente estudo visa pesquisar os cursos de Odontologia em funcionamento no estado da Paraíba, no tocante aos conteúdos de OPNE.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa consiste em um estudo transversal com abordagem quantitativa. Pelo não envolvimento de seres humanos e pelo material ser considerado de domínio público (dados secundários), é dispensada sua apreciação por comitê de ética. Os cursos foram identificados na base de dados oficial e única de informações relativas às IES, no endereço eletrônico www.emec.mec.gov.br.

Como critério de inclusão foram considerados na pesquisa todos os cursos de Odontologia em funcionamento no estado da Paraíba, no ano de 2016. Foram excluídos aqueles que não possuíam um sítio *web* oficial e

não forneciam meios de comunicação virtual, assim como aqueles que não apresentavam sua estrutura curricular completa disponível.

Um formulário foi criado com intuito de facilitar a coleta das informações, contendo dados sobre a IES (pública ou privada) e se havia ou não a oferta de conteúdos relacionados à OPNE. Caso fossem ofertados, coletaram-se as seguintes variáveis a fim de caracterizá-lo: nomenclatura, natureza (teórica, clínica ou teórico/clínica), semestre no qual era ofertada, caráter obrigatório ou optativo, carga horária, assim como ser uma disciplina independente ou estar associada à outra disciplina.

Os dados foram montados e tabulados utilizando o programa Microsoft® Excel v. 2010, sendo analisados por meio de estatísticas descritivas.

3 RESULTADOS

Na Paraíba, 10 IES ofereciam o curso de graduação em Odontologia, sendo que uma delas oferece o curso em duas cidades distintas, totalizando 11 cursos. Dois foram excluídos por não disponibilizarem a estrutura curricular, permanecendo em análise 9 cursos (82%).

Observou-se que 5 cursos (56%) eram de IES privadas e 4 (44%) de públicas, com 6 (67%)

oferecendo conteúdos de OPNE (tabela 1). Das que oferecem conteúdos de OPNE, 5 (83%) eram privadas e apenas 1 (17%) pública.

Tabela 1. Distribuição da presença de conteúdos de OPNE nos cursos do estado da Paraíba, 2016

IES	OPNE na estrutura curricular?
Privada	Sim
Privada	Sim
Privada	Sim
Privada	Sim
Privada	Sim
Pública	Sim
Pública	Não
Pública	Não
Pública	Não

Dos seis cursos analisados que ofereciam o conteúdo, três ofertavam duas disciplinas de OPNE, totalizando 9 disciplinas em avaliação. Quando analisada a nomenclatura, os resultados mostraram variabilidade. Em 5 (83%) cursos a oferta era teórica/clínica e 1 (17%) não oferecia esta informação. Em duas instituições a disciplina é oferecida no 8º e 9º semestres, e em uma há a oferta de duas disciplinas no 8º semestre (tabela 2).

Tabela 2. Distribuição das características dos componentes curriculares de OPNE os cursos de Odontologia no estado da Paraíba, 2016

IES	Nomenclatura	Natureza	Semestre
Privada	Pacientes Especiais	Teórico-clínica	9º.
Privada	Noções básicas de Gerontologia e Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais	Teórica	8º.
	Estágio Supervisionado V	Clinica	9º.
Privada	Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais	Teórica	8º.
	Clínica Infantil + PNE	Clinica	8º.
Privada	Clínica de atenção ao paciente sistemicamente comprometido	NI	10º.
Privada	Odontologia Especial	Teórico-clínica	7º.
Pública	Pacientes com Necessidades Especiais	Teórica	8º.
	Clínica de Pacientes com Necessidades Especiais	Clinica	9º.

NI- Não informado

Todos os 6 (100%) cursos que ofertam os conteúdos de OPNE o fazem na forma de disciplina obrigatória. A carga horária variou de 30 a 100 horas, com média de 62,2 horas. Em dois cursos (40%) os conteúdos estavam associados a outras disciplinas e em 4 (60%) funcionavam de maneira independente.

4 DISCUSSÃO

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de Odontologia no Brasil determinam que o graduando seja capacitado para o atendimento em todos os níveis de atenção à saúde, recebendo formação generalista. Sendo assim, é necessário que o cirurgião-dentista tenha o conhecimento para atender às necessidades dos seus pacientes, independentemente de suas particularidades^{4,8}.

A Organização Mundial de Saúde relatou que cerca de um bilhão de pessoas, equivalente a 15% da população mundial, possuem algum tipo de necessidade especial⁹. Existe uma deficiência em escala global na prestação de serviços odontológicos para PNE. Inclusive, no Brasil, dados sobre a saúde bucal desse grupo de pacientes não constam da Pesquisa Nacional de Saúde Bucal – Projeto SBBrasil 2010. Já que um dos objetivos do projeto é diagnosticar a saúde bucal da população brasileira, essas informações seriam essenciais para traçar o panorama das condições de saúde bucal dessa parcela da população^{10,11}. A abordagem precoce de agravos bucais em PNE é fator determinante para melhor qualidade de vida desses indivíduos. Medidas de prevenção e promoção de saúde bucal, muitas vezes realizada por estudantes e profissionais da área, com orientações sobre alimentação e higiene oral transmitidas aos pacientes, responsáveis e/ou cuidadores, auxiliam na conquista deste objetivo¹².

Mudanças vêm ocorrendo na formação acadêmica nos cursos de Odontologia nos

últimos anos. Tais mudanças enfatizam a necessidade oferecer ao mercado de trabalho um profissional com postura e capacidade de visualizar o indivíduo como um todo, eticamente comprometido com a sociedade¹³. Desta forma, é essencial que profissionais estejam preparados para o cuidado dos usuários, para que mitos existentes sejam esclarecidos, pois em qualquer etapa da vida profissional poderá ser necessário o contato com algum indivíduo classificado como portador de necessidade especial^{8,10}. Estudar se a disciplina está sendo ofertada e caracterizá-la é de fundamental importância para que se tenha o diagnóstico de como o ensino dessa especialidade está sendo abordado nos cursos de Odontologia.

Em um estudo realizado em 2016, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 59 docentes do curso de Odontologia responderam a um questionário contemplando os seguintes aspectos: perfil docente; reestruturação curricular; sobre o curso de Odontologia; a prática docente e desafios/sugestões e o mesmo revelou que os professores já vêm percebendo algumas diferenças decorrentes da reformulação curricular. Foi possível observar maior integração de diversas especialidades, estudantes mais humanizados e metodologias de ensino mais efetivas que permitem espaço para discussões, bem como melhorias no atendimento aos pacientes¹⁴.

A lei federal de nº 9.394 assegura que as IES possuam sua autonomia didático-científica. Assim, fica a critério da instituição ter ou não a disciplina de OPNE em sua grade curricular, pois as DCN não consideram esse um conteúdo essencial da graduação em Odontologia. O fato das mesmas seguirem sem alterações desde o ano de 2002, sugere que uma revisão é de suma importância para a atualização dos currículos dos cursos de Odontologia no Brasil. Porém, desde que a especialidade de OPNE foi reconhecida

pelo Conselho Federal de Odontologia, observa-se aumento no número dos cursos de graduação que a oferecem^{3,4,15}.

Na Paraíba, os resultados mostram que das 9 estruturas curriculares analisadas, em três a disciplina estava ausente, o que torna um número bastante expressivo quando pensamos na quantidade de profissionais formados anualmente nessas IES¹⁶.

Um estudo, no qual avaliou as disciplinas de OPNE no Brasil em 2005, mostrou que a nomenclatura mais comumente empregada era “Pacientes Especiais” seguido de “Odontologia para Pacientes Especiais”¹⁵. Neste mesmo estudo, quando questionada a obrigatoriedade da disciplina no currículo, 70,97% das instituições do Brasil possuíam a disciplina de maneira obrigatória¹⁵, resultado que corrobora com o presente estudo.

Das 6 instituições que ofertam a disciplina, 5 são de natureza teórico/clínica. Essa metodologia de ensino, que integra a teoria com a prática, possibilita ao discente ampliar seus conhecimentos quando exposto a situações de trabalhos condizentes com a realidade da comunidade e do serviço, trazendo benefícios ao estudante que se tornará um profissional de saúde mais qualificado, eficiente e humanizado^{13,17}.

Um estudo qualitativo realizado no Rio Grande do Sul, que analisou a percepção de estudantes participantes do projeto de extensão intitulado “Conquistando saúde: atendimento odontológico de Pessoas com Deficiência”, mostrou que houve mudanças de conceitos pré-estabelecidos e na insegurança em relação ao atendimento odontológico a estes indivíduos. Também mostrou a conscientização de que o contato com esses usuários, durante a graduação, traz benefícios tanto para a construção de um profissional mais bem preparado técnico e humanamente, quanto minimizando as dificuldades enfrentadas por esses indivíduos na

busca da prestação de serviços odontológicos¹⁸.

A dificuldade encontrada durante o estudo foi a não disponibilização completa de informações oficiais pelas IES, as quais deveria ser de amplo e fácil acesso a todos os estudantes ou pessoas que se interessassem em conhecer os conteúdos abordados nos cursos, pois dessa maneira poderiam escolher a instituição que gostariam de estudar de acordo com as disciplinas que são ofertadas.

5 CONCLUSÃO

Os cursos de graduação em Odontologia do estado da Paraíba possuem, na sua maioria, a disciplina de OPNE em sua estrutura curricular. Não existe uma padronização quanto à nomenclatura, carga horária e período em que a mesma é ofertada.

ABSTRACT

Characterization of the curricular component Dentistry for Patients with Special Needs in the Dental courses of the state of Paraíba

The regulatory standards of the specialization in Dentistry for Patients with Special Needs emerged through the resolution 25/2002 of the Federal Council of Dentistry. According to the Law 9394/96, the courses of graduate have a scientific-didactic autonomy to establish their curricular program. Thus, the Course of Dentistry for Patients with Special Needs (DPSN) may or may not be present in the curricular matrix of Dentistry courses. The objective of the research was to characterize the discipline of DPSN in the Dentistry courses of the state of Paraíba. This is a cross-sectional quantitative study. A questionnaire was produced, and information was collected through the official website of educational institutions. From 11 courses, it was possible to collect information of 9. In 6 of them the discipline was present, and the nomenclature varied from one college to another. The course offer was compulsory in 100% of the courses and in 5 the presentation was theoretical / clinical, only 1 did

not include information. Two courses provided the discipline in the 8th and 9th semester and the average time load of all subjects was 62.2 hours. In 50% the subjects had connections with others disciplines and in 60% they worked independently. Thus, it was concluded that most of the dentistry courses in the state of Paraíba offer the discipline of DPSN in their curricular matrices. There is not a standard nomenclature, time load and course offer semester.

Descritores: Education, Dental. Disabled Persons. Dental Care for Disabled.

REFERÊNCIAS

1. Campos CC, Frazão BB, Saddi GL, Morais LA, Ferreira MG, Setúbal PCO, et al. Manual prático para o atendimento odontológico de Pacientes com Necessidades Especiais. 2ed. Goiás: Universidade Federal de Goiás; 2009.
2. Takemoto M, Werlang F, Zeni E. O legado das Diretrizes Curriculares Nacionais no ensino odontológico. *Rev Cient Tecn.* 2015;2(1):393-401.
3. Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União. Seção I, p. 27834-27841.
4. Brasil. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução CNE/CES 3/2002. Brasília: Diário Oficial da União. Seção I, p.10. [Acesso em 15 ago. 2016]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES032002.pdf>.
5. Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (IBGE). Censo demográfico 2010: resultados gerais da amostra. [Acesso em 15 ago. 2016]. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pb&tema=resultgeramostra_censo2010.
6. Marra OS, Miasato JM. A saúde bucal do paciente especial e sua relação com o nível sócio-econômico dos pais. *Rev Bras Odontol.* 2008;65(1):27-30.
7. Santos MFS, Hora IAA. Atenção odontológica a pacientes especiais: atitudes e percepções de acadêmicos de odontologia. *Rev ABENO.* 2012;12(2):207-12.
8. Gomes MJ, Caxias FP, Margon CD, Rosa RG, Carvalho RB. A percepção dos docentes do curso de odontologia da UFES em relação à necessidade de inclusão da disciplina denominada “Atendimento odontológico a Pacientes Portadores de Necessidades Especiais”. *Rev Bras Pesqui Saúde.* 2009;11(1):33-9.
9. World Health Organization. World report on disability. Geneva: World Health Organization, 2011.
10. Yeaton S, Moorthy A, Rice J, Coghlan D, O’Dwyer L, et al. Special care dentistry: how prepared are we? *Eur J Dent Educ.* 2016;20:9-13.
11. Brasil. Ministério da Saúde. SB Brasil 2010: Pesquisa Nacional de Saúde Bucal: resultados principais. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. [Acesso em 22 de mar. 2017]. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/CNSB/sbbrasil/arquivos/projeto_sb2010_relatorio_final.pdf.
12. Queiroz FS, Rodrigues MMLF, Cordeiro Júnior GA, Oliveira AB, Oliveira JD, Almeida ER. Avaliação das condições de saúde bucal de Portadores de Necessidades Especiais. *Rev Odontol UNESP.* 2014;43(6):396-401.
13. Pinheiro FMC, Nóbrega-Therrien SM, Almeida MEL, Almeida MI. A formação do cirurgião-dentista e a promoção de saúde no PSF. *Rev Odontol UNESP.* 2008;37(1):69-77.
14. Lamers JMS, Baumgarten A, Bitencourt FV, Toassi RFC. Mudanças curriculares na educação superior em odontologia: inovação, resistências e avanços

- conquistados. Rev ABENO. 2016;16(4) ;2-18.
15. Fassina AP. Analysis of Disciplines Concerning Handicapped Patients at Brazilian Colleges in 2005 [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: Faculdade de Odontologia da USP; 2005.
16. Dougall A, Thompson SA, Faulks D, Ting G, Nunn J. Guidance for the core of a curriculum in Special Care Dentistry at the undergraduate level. Eur J Dent Educ. 2013;18:39-43.
17. Mafi A, Moretto C, Teixeira MFN, Saldanha OMFL, Rados ARV. A interdisciplinariedade e seus reflexos na formação do cirurgião-dentista. Rev ABENO. 2017;17(1):62-73.
18. Ferreira SH, Suita RA, Rodrigues PH, Kramer PF. Percepção de estudantes de graduação em Odontologia frente ao atendimento de Pessoas com Deficiência. Rev ABENO. 2017;17(1):87-96.

Correspondência para:
Elizandra Silva da Penha
e-mail: elizandrapenha@hotmail.com
Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Saúde e Tecnologia Rural
Av. dos Universitários, s/n
Rodovia Patos/Teixeira, Km1, Jatobá
58700-970 Patos/PB